

Conflitos na pesca artesanal em São Francisco do Paraguaçu – Bahia

Ednizia Ribeiro Araújo Kuhn
Universidade Federal da Bahia
ednizia@yahoo.com.br

Guiomar Inez Germani
Universidade Federal da Bahia
guiomar@ufba.br

Resumo

Esta pesquisa tem como eixo central a territorialização dos pescadores artesanais na terra e na água, focado na localidade de São Francisco do Paraguaçu, situada no município de Cachoeira, Recôncavo Baiano, região efervescente da articulação social dos pescadores artesanais. A problemática que emerge deste processo é o fato de se tratar de uma especificidade territorial que desencadeia um processo de formação de territórios articulados (terra e água) que é muito complexo, envolvendo uma gama muito grande de agentes e interesses, geradores de inúmeros conflitos. Deste modo, são analisadas as estratégias vivenciadas pelo grupo social para a consolidação da sua territorialidade. Em levantamentos realizados no Recôncavo da Bahia, foi evidenciado que os pescadores artesanais deste espaço constroem sua sobrevivência econômica, social e cultural articulando atividades de agricultura, extrativismo vegetal e pesca. Em virtude dessa característica pluriativa, os pescadores também vêm sofrendo as consequências negativas da expansão das grandes propriedades, da concentração fundiária e da valorização capitalista da terra, o que os têm expulsado das áreas litorâneas, já que o acesso à água está fortemente relacionado com o acesso à terra. Assim, o Recôncavo Baiano emerge como uma região onde há a maior concentração de organizações populares voltadas para a pesca e de entidades representativas dos pescadores do Estado da Bahia. Neste contexto, a localidade de São Francisco do Paraguaçu aparece como sendo representativa de questões relevantes para a pesca artesanal. Ressalta-se que a pesquisa busca trabalhar a totalidade das questões relacionadas à atividade, articulando as mais diversas escalas de análise. Evidenciam-se as problemáticas e as contradições que envolvem os pescadores artesanais, o que justifica a realização de estudos e pesquisas que contribuam para a compreensão deste fenômeno econômico, social e cultural que se constitui a pesca artesanal.

Palavras-Chave

Pescador artesanal; terra e água, território.

1 Conflitos na Pesca Artesanal: contextualização e análise

O artigo ora apresentado é parte da Dissertação em andamento no Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia, intitulada “TERRA E ÁGUA: O Território dos Pescadores Artesanais de São Francisco do Paraguaçu-Bahia”. Desenvolve-se no âmbito do Projeto Integrado de Pesquisa GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (UFBA/IGEO/CNPq).

Este trabalho tem como eixo central a territorialização dos pescadores artesanais na terra e na água, focado na localidade pesqueira de São Francisco do Paraguaçu, situada no município de Cachoeira, Recôncavo Baiano, região efervescente da articulação social dos pescadores artesanais. A problemática que emerge deste processo é o fato de se tratar de uma especificidade territorial que desencadeia um processo de formação de “territórios articulados” (terra e água) que é muito complexo, envolvendo uma gama muito grande de agentes e interesses que, por consequência, constituem-se enquanto desencadeadores de inúmeros conflitos.

Tais conflitos se dão, eminentemente, no âmbito territorial, onde diferentes agentes territorializam-se nas áreas tradicionais de pesca, o que leva à disputa pelos territórios articulados. Esses agentes são, principalmente:

- a) Aqüicultores. Sejam eles grandes produtores individuais ou empresas, a prática de criação de peixes em cativeiro (psicultura) ou de camarões (carcinocultura) tem se mostrado bastante conflitante com a pesca artesanal. A aqüicultura insere-se numa lógica diferenciada da pesca artesanal, onde nesta predomina o protagonismo do saber do pescador através de toda uma cultura de pesca e, naquela, o que tem prevalecido são os interesses privados do capital hegemônico.
- b) Estado. Através de suas políticas, tem favorecido a aqüicultura em detrimento da pesca artesanal. Mesmo assumindo um discurso favorável à pesca artesanal, sua atuação vem potencializando o cultivo controlado de peixes em mares, rios ou açudes públicos, orquestrado pela Política de Cessão de Águas Públicas da União, que consiste, em última instância, na privatização da água. Um processo complexo, que comporta questionamentos de ordem social, econômica e ambiental.

- c) Proprietários Fundiários. Com a valorização espacial das áreas marginais de rio e mar, os pescadores têm sido levados a deixarem seus territórios, através da expansão das grandes propriedades e da atividade turística litorânea. Como o acesso à água relaciona-se com o acesso à terra, a questão dos pescadores artesanais insere-se na complexidade da questão agrária brasileira e baiana, especificamente.
- d) Pescadores Artesanais. Historicamente marginalizados e, atualmente, articulados em Movimento Social, esses agentes vêm traçando estratégias para garantir a manutenção dos seus territórios de pesca. Tais estratégias se dão de forma inter-escalar, perpassando desde ações locais, como a que será mais detidamente trabalhada neste artigo, até ações no âmbito estadual e nacional.

Neste artigo, a escala é compreendida, de acordo com Castro, como “estratégia de aproximação do real” (2006, p. 118), e permite que sejam visualizadas as problemáticas acima relacionadas. Na abordagem, a compreensão das questões relacionadas à pesca artesanal perpassa também pela idéia de totalidade do espaço geográfico, onde, de acordo com Souza (2006, p. 172) “explicar um fenômeno é integrá-lo na totalidade das suas determinações, às quais ele se refere, situá-lo no seio da ligação global constituinte de sua realidade e de seu sentido”. Neste contexto, são analisadas as estratégias vivenciadas por este grupo social para a consolidação da sua territorialidade.

2 As estratégias para a consolidação das territorialidades dos pescadores artesanais.

Nesse complexo processo de territorializar-se, os pescadores artesanais criam e recriam suas estratégias de luta, constituindo-se enquanto grupo social que marca a produção do espaço. Nesse sentido, o pescador artesanal passa a ser compreendido de uma forma mais ampla, para fins desta análise.

Embora alguns setores, como o Estado, por exemplo, entendam o pescador artesanal como um profissional, neste trabalho, ele é compreendido para além de um grupo ocupacional ou de mera atividade econômica, mas como agente social de construção de um grupo politicamente organizado. Assim, de acordo com Almeida (2004, p. 22):

Mesmo que o termo permaneça o mesmo, ou seja, “pescador”, o seu novo significado, passa a incorporar uma expressão autônoma no processo produtivo e elementos identitários capazes de objetivá-los de maneira politicamente contrastante e organizada em movimento social.

Por conseqüência desse entendimento, a pesca é compreendida não só como uma atividade de busca de peixe, mas como uma construção de relações sociais na terra e no mar, marcadas por identidade, mas também por conflitos e contradições, que envolvem não somente os grupos pesqueiros, mas outros tantos agentes sociais, com interesses divergentes. De modo que, como uma atividade de produção ela é, também, uma atividade de produção do espaço, já que produzir e produzir espaço são atos indissociáveis, segundo Milton Santos (1990).

Deste modo, cabe abordar as estratégias de organização social e institucional dos pescadores artesanais, ressaltando a multi-escalaridade deste processo.

a) A organização institucional do grupo pesqueiro:

Historicamente, desde meados do século XIX, existe preocupação por parte do Estado em monitorar e controlar a questão da pesca no Brasil. Isto se deve ao fato de os pescadores deterem um conhecimento estratégico para a defesa nacional que é o conhecimento do espaço marítimo¹. Desta forma, inicialmente as questões referentes à organização da atividade pesqueira no país concentraram-se nas mãos da Marinha, cujo objetivo maior era administrar a atividade dos pescadores. E assim, enquanto instâncias associativas, estes agentes ficaram ligados à Confederação Nacional dos Pescadores, às Federações Estaduais e, localmente, às Colônias de Pesca, essas últimas concebidas pelo interesse do Estado em garantir a “segurança nacional”.

Assim, elas têm, até hoje, uma série de problemas de representação do interesse dos pescadores e funcionam, na realidade, como verdadeiros “braços do Estado” dentro da atividade, o que não lhes conferem, na maioria dos casos, legitimidade para atuar enquanto

¹ Desde 1846, a atividade da pesca esteve ligada à Marinha. Posteriormente, em 1912, ficou sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura e voltou para a Marinha, em 1917. Com a criação, em 1962, da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), ligada novamente ao Ministério da Agricultura, tal atividade ficou sob responsabilidade deste órgão, extinto em 1989. Mesmo ano em que é criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), que passou a gerir a pesca no Brasil até 2003 quando é instituída a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP).

instância da representação profissional. As ações destas entidades oficiais nas últimas décadas foram voltadas ao assistencialismo, pouco contribuindo para a efetiva representação dos pescadores no Brasil.

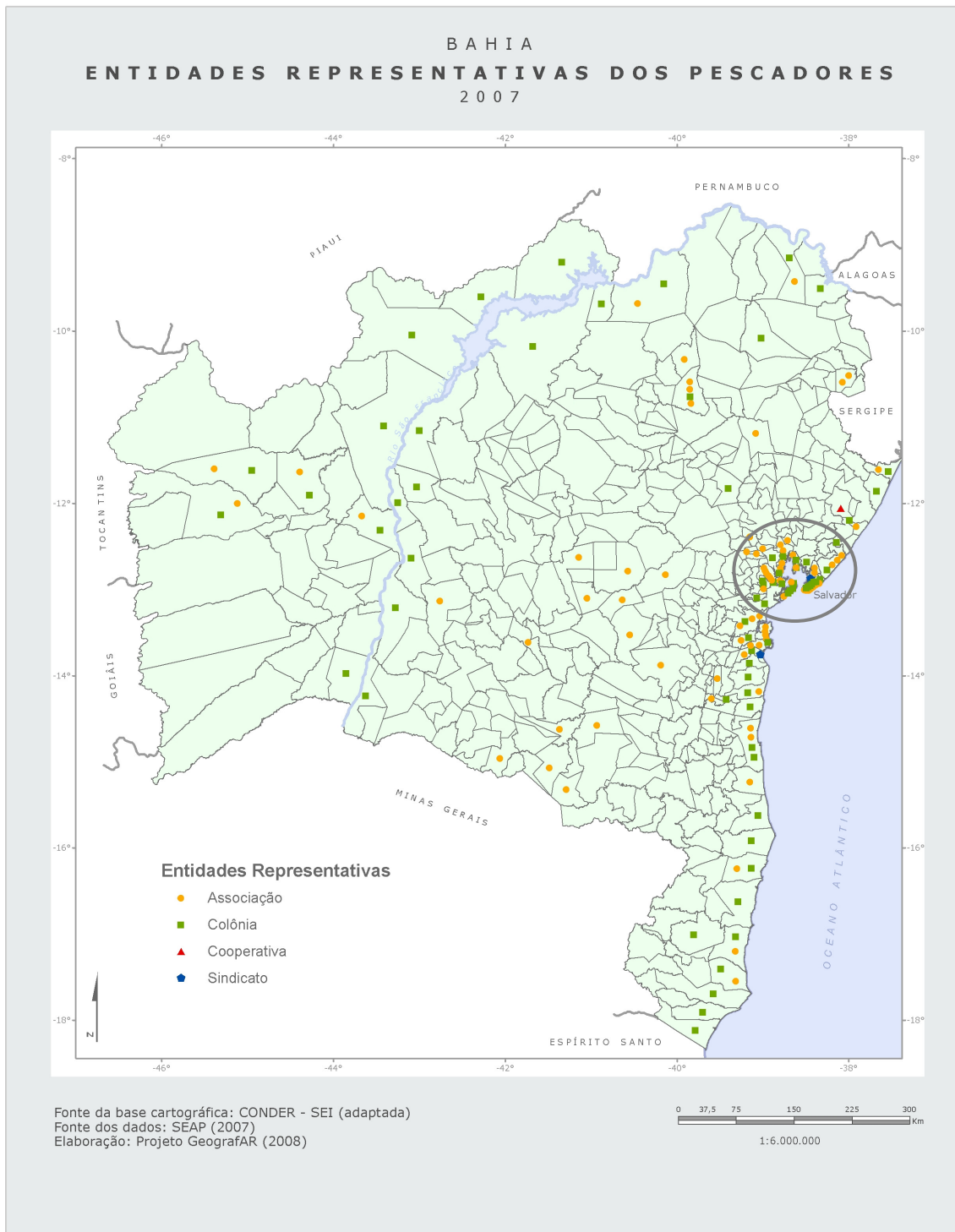
b) A organização social do grupo pesqueiro

Por todas essas questões – que se resumem no fato dos pescadores não se sentirem representados por suas organizações de classe – começou a emergir, na contradição deste processo, um movimento de organização social mais legítimo. Esta organização surge da base dos grupos pesqueiros, visando organizar principalmente os pescadores artesanais, já que estes foram historicamente marginalizados em todo o processo. Assim, tendo como marco a Constituinte da Pesca, em 1985, foram criadas as bases para o surgimento do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), como também dos Movimentos Estaduais, a exemplo do Movimento dos Pescadores da Bahia (MOPEBA), no Estado da Bahia e, em escala local, as Associações de Pescadores, numa clara associação escalar em relação à organização institucional.

Esse movimento nasceu com o apoio, entre outros, do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), que é ligado à ala mais progressista da Igreja Católica e que desenvolve um trabalho de assessoria junto aos pescadores. Na Bahia, o CPP possui duas áreas de atuação, partindo de regionalizações próprias à Pastoral, que é a Regional do Vale do São Francisco e a Regional do Litoral, esta última concentrando suas atividades em Salvador, Maragogipe e Cachoeira, município em que se localiza a área de estudo.

Como resultado desta articulação, o Movimento Social tem dado visibilidade à pesca artesanal, participando de instâncias de decisão como o Conselho Nacional da Pesca (CONAPE), que assessora a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) na construção de suas políticas públicas. Também tem promovido Encontros e Seminários, com o intuito de ampliar as discussões sócio-políticas da Pesca. Da mesma forma, a emergência dessa organização já garantiu a retomada da direção de algumas colônias de pesca, dando-lhes um caráter realmente participativo. No Estado da Bahia, tem-se o registro de 88 Associações de Pesca, 74 Colônias, 1 Cooperativa e 2 Sindicatos de Pesca. A espacialização dessas entidades pode ser visualizada na Figura 1:

Figura 1

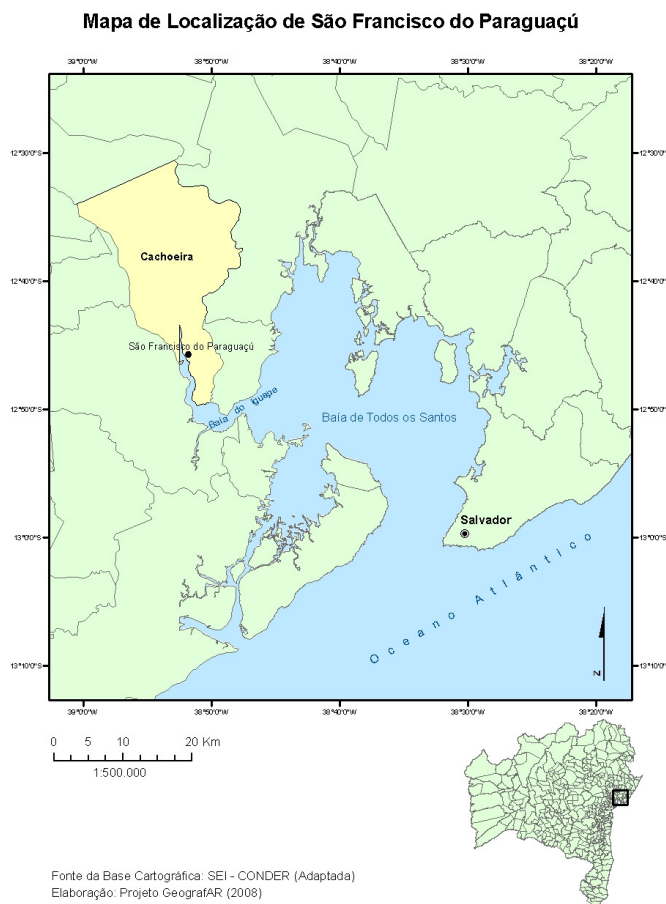


3 São Francisco do Paraguaçu: a complexidade da territorialização

Na identificação das principais questões que atualmente perpassam a pesca artesanal, tem sido fundamental o acompanhamento de reuniões promovidas pelos pescadores artesanais e/ou suas assessorias. Assim, em levantamentos realizados no Recôncavo da Bahia, foi evidenciado que os pescadores artesanais deste espaço constroem sua sobrevivência econômica, social e cultural articulando atividades de agricultura, extrativismo vegetal e pesca.

Do mesmo modo, o Recôncavo Baiano emerge ainda como uma região onde há a maior concentração de organizações populares voltadas para a pesca e de entidades representativas dos pescadores do Estado da Bahia, conforme destaque da Figura 1. Neste contexto, a localidade de São Francisco do Paraguaçu (Figura 2 – Mapa de Localização) aparece como sendo representativa de questões relevantes para a pesca artesanal.

Figura 2



Esta localidade é formada por 300 famílias, o que corresponde a aproximadamente 1189 pessoas, de acordo com o CPP. Grande parte sobrevive da pesca artesanal, da agricultura praticada em pequena escala e do extrativismo da piaçava, o que revela a importância da pluriatividade existente no cotidiano do grupo.

Em termos fundiários, os moradores não possuem “legalmente” o título das terras mas, historicamente, moram e produzem naquele espaço, pagando arrendamento aos pretensos “verdadeiros donos”, que são compostos por grandes fazendeiros, políticos e/ou pessoas influentes na região. Um processo que configura apropriação desigual do espaço, verificada a partir do indicador de concentração fundiária. Ao se analisar o Índice de Gini², constata-se que no último Censo Agropecuário de 1996, o município de Cachoeira apresentou Índice de 0.895, o que é considerado elevado pelos estudiosos da questão. (GeografAR, 2006)

Esse processo repercute na ação dos moradores da localidade, que apresenta ainda uma particularidade: a identidade enquanto comunidade quilombola. Muito instigante, bem como compreensível, essa particularidade pode ser entendida a partir da consideração de fatores gerais e específicos da localidade. Inicialmente, cabe destacar que algumas formas de pesca encontradas na África também acontecem em algumas regiões do Brasil, como mostrou Diegues (2001). Ainda de acordo com Diegues (2004), alguns tipos de pesca no Brasil, como a pesca da baleia, fortemente desenvolvida no litoral da Bahia, São Paulo e Santa Catarina, foram realizadas utilizando mão-de-obra de escravos africanos. Ainda, especificamente na Bahia, foi muito marcante a presença africana como escrava, em especial, no Recôncavo Baiano. Esses fatores agregados levam a compreender a relação que existe entre as comunidades quilombolas e as comunidades pesqueiras, levando a conectar a associação da localização das comunidades quilombolas junto ao litoral, estuários e rios.

Além disso, o Brasil tem garantido o acesso a terra mediado pela questão étnica, o que remete à questão da identidade. Concordando com Motta-Maués (1999, p. 396), “a identidade se constrói pelo contraste e é um processo político historicamente marcado”. Assim, este fato acaba por se transformar numa estratégia para garantir o acesso ao

² Índice que mede a concentração de terras, onde quanto mais próximo de 1, maior a concentração. Disponibilizado pelo Projeto GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural, da UFBA. (www.geografar.ufba.br)

território que ocupa e compreende o advento de “novos padrões de relação política no campo e na cidade, que incorpora fatores étnicos”, como mostra Almeida (2004, p. 9). Demonstra ainda que o pescador não é um agente descontextualizado da totalidade social, e que esta é histórica e geograficamente construída. Revela, inclusive, a possibilidade de haver múltiplas identidades em um território, onde estas não se excluem, mas complementam-se no processo de disputa por territórios.

4 A práxis do território

Entende-se que, a partir do estudo da organização dos pescadores na Bahia, torna-se possível trazer sua problemática para o campo geográfico, tendo como eixo norteador a discussão do território. Compreende-se o território enquanto uma categoria de análise da Geografia capaz de incorporar os interesses antagônicos dos agentes atuantes em dadas frações do espaço, bem como as relações de poder que aí se estabelecem, como elementos de análise no processo de territorialização dos grupos sociais.

Para dar suporte a este entendimento do conceito de território são trabalhados os conceitos dos autores Claude Raffestin, Marcelo José Lopes de Souza e Rogério Haesbaert. A princípio, é conveniente estudar as contribuições de Claude Raffestin, geógrafo francês, que esforçou-se em diferenciar os termos território e espaço. Para ele, (1993, p. 143) “o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”.

Assim, esta definição remete diretamente à idéia de poder, o que é confirmado quando Raffestin (1993, p. 144) acrescenta que “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder”.

Um outro autor, imprescindível de ser considerado pela originalidade da sua análise, é Marcelo José Lopes de Souza. Num importante artigo para a questão do território, este autor o entende como “um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*” (SOUZA, 1995, p. 78). A importância do seu trabalho se evidencia no momento em

que ele desmistifica a idéia de território atrelado direta e unicamente à escala do território nacional e também quando ele nos relewa o caráter cíclico do território. Desta forma, ele afirma:

Territórios, que são no fundo antes *relações sociais projetadas no espaço* que espaços concretos (os quais são apenas os *substratos materiais* das territorialidades) – (...) podem (...) formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo. (SOUZA, 1995, p. 87)

Dito isto, pode-se concluir que a noção de poder é um elemento central nas discussões sobre território e a opção pelos autores supra-citados é bem ilustrativa dessa afirmação.

Porém, outros elementos também são incorporados à discussão do território, como, por exemplo, a questão cultural e identitária. Rogério Haesbaert (2002, p. 121), ao se debruçar sobre a questão do território, o define como:

Produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Essa relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando. Como no mundo contemporâneo vive-se concomitantemente uma multiplicidade de escalas, numa simultaneidade de eventos, vivenciam-se também, ao mesmo tempo, múltiplos territórios. Ora somos requisitados a nos posicionar perante uma determinada territorialidade, ora perante outra, como se nossos marcos de referência e controle espaciais fossem perpassados por *múltiplas escalas de poder e de identidade*. (Grifo nosso)

Empiricamente, esses conceitos dialogam e norteiam a discussão na medida em que São Francisco do Paraguaçu pode ser analisado como um espaço apropriado (segundo Raffestin) que revela relações de poder (segundo Souza) e que incorpora também outras dimensões de entendimento e análise, como a dimensão identitária, cultural e simbólica (segundo Haesbaert). Esta perspectiva ampla de análise permite entender, entre outras, a

questão das diferentes identidades que convivem num mesmo território, a exemplo do que ocorre em São Francisco do Paraguaçu, onde, concordando com Martin (2006, p.29):

Não se pode deixar de anotar, aqui, a contradição representada pelo fato de que, cada vez mais, um mesmo indivíduo tende a agregar numerosas identidades grupais ao mesmo tempo. E é exatamente o problema acerca de qual dessas identidades deve prevalecer em um determinado momento, em um determinado lugar, isto é, em quais circunstâncias deve-se explicitar esta ou aquela faceta da própria identidade individual; o que recoloca o problema da política, entendida como esfera na qual se explicitam os conflitos de interesse e se opera um conjunto de concessões recíprocas, visando a determinada ação concertada.

Diante do exposto conclui-se que são muitas as problemáticas e as contradições que envolvem os pescadores artesanais, o que torna necessária a realização de estudos e pesquisas que contribuam para a compreensão deste fenômeno econômico, social e cultural que se constitui a pesca artesanal.

5 Considerações Preliminares

É sob a ótica da discussão territorial que se analisa a articulação dos pescadores na Bahia, enfatizando São Francisco do Paraguaçu, na perspectiva de entender como se dá a territorialização do grupo, no enfrentamento dos interesses dos diversos agentes (Estado, em suas diversas instituições, proprietários fundiários, investidores privados, entre outros) que se situam nas áreas de sobrevivência do grupo pesqueiro, quer na terra, quer na água.

Nesse processo, estratégias de luta são adotadas, a exemplo do que ocorre em relação à participação do grupo no Movimento dos Pescadores da Bahia (MOPEBA) e nas discussões relacionadas à pesca promovidas pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), através, por exemplo, do Conselho Nacional da Pesca (CONAPE).

Da mesma forma, a localidade analisada neste artigo participa ativamente da luta quilombola, reconhecendo-se enquanto comunidade remanescente de quilombo e reivindicando a demarcação do seu território, num processo altamente conflituoso. Tudo isso revela um processo em que as identidades se articulam e se transformam em

identidades de luta, onde ora se aciona uma, ora outra, na busca da apropriação dos espaços de vida.

Destaca-se, deste modo, a importância social e acadêmica de estudos mais aprofundados sobre as comunidades pesqueiras, de modo a entender as dinâmicas sociais e territoriais que animam estas comunidades, em especial na Bahia. Tais estudos visibilizam os grupos de pesca e fornecem subsídios para o desenvolvimento da Ciência Geográfica, que, salvo algumas exceções, ainda não se debruçou sobre a análise dos pescadores artesanais.

6 Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de Territorialização, movimentos sociais e uso comum. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Vol. 6. N. 1. ANPUR, 2004, p 9-32.

ALMEIDA, Ticiano. Caracterização da Pesca e Perfil Socioeconômico dos Pescadores de Glória (BA). *In*: MARQUES, Juracy (Org). **Ecologias do São Francisco**. Paulo Afonso (BA): Fonte Viva, 2006.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. *In*: CASTRO, Iná Elias de. COSTA, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. *In*: CASTRO, Iná Elias de. COSTA, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. Repensando e Recriando as Formas de Apropriação Comum dos Espaços e Recursos Naturais. *In*: DIEGUES, Antonio Carlos. MOREIRA, André de Castro. (Orgs) **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. Aspectos Sócio-Culturais e Políticos do uso da Água. In: **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Ministério do Meio Ambiente, 2005.

GeografAR. A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Leitura Geográfica da Estrutura Fundiária do Estado da Bahia**. Banco de Dados. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGEO/UFBA/CNPq. Salvador, 2006. www.geografar.ufba.br, (acessada em 10/06/2008).

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: CONTEXTO, 2002.

HARVEY, David. A arte da renda: A globalização e transformação da cultura em *commodities*. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

IBAMA/MMA. **Estatística da Pesca 2006 – Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em: 29 de fev. 2008.

KUHN, Ednizia Ribeiro Araújo. **Relatório da Capacitação Sócio-Política de Pescadores (as) Artesanais da Bahia**. Salvador: UFBA/Projeto GeografAR, 2006 (*mimeo*)

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do Mar**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1986.

MARQUES, Juracy (Org). **Ecologias do São Francisco**. Paulo Afonso (BA): Fonte Viva, 2006.

MARTIN, André Roberto. A politização da Geografia com alternativa à “crise dos territórios”. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; PONTUSCHKA, Nídia. **Geografia e Perspectiva: ensino e pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MORAES, Antônio Carlos Robert. COSTA, Wanderley Messias da. **A valorização do Espaço**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Pesca de Homem/Peixe de Mulher (?): repensando gênero na Literatura Acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. In: **Etnográfica**. V.III (2), 1999, pp. 377-399.

Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. **Comunidades dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Submédio e Baixo São Francisco: Mostrando sua Cara, Vez e Voz**. Glória: IBAMA/MMA, 2006.

RAMALHO, Cristiano Wellington N. “Ah, esse povo do mar!?”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. O retorno do território In: SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia A. de. SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs) **Território: Globalização e Fragmentação**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Milton. O Espaço Total de nossos dias. In: **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – SEAP/PR. **Cartilha do Usuário do Registro Geral da Pesca – RGP**. [s. l], [s.d].

SERPA, Angelo. O trabalho de campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº 84, p. 7-24, 2006.

SMITH, Adam. A Renda da Terra. In: SMITH, Adam. **A riqueza das nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. COSTA, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. A Geografia da Solidariedade. In: **GeoTextos**: revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia/Instituto de Geociências. V. 2, N. 2. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2006.

SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e Filosofia**. São Paulo: UNESP, 2004.